

As Consequências Geopolíticas para Pequim dos Atentados de 11 de Setembro: Uma Análise Regional

Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Capitão de Infantaria. Professor assistente convidado de Relações Internacionais na Academia Militar.

Resumo

O presente artigo pretende analisar as consequências geopolíticas na região asiática da resposta norte americana ao ataque às torres do *World Trade Center* e ao Pentágono bem como as suas implicações para a República Popular da China. A congregação do apoio internacional para uma frente unida de combate ao terrorismo e para o posterior ataque ao regime *Taliban* do Afeganistão, às bases da *al-Qaeda* e a caça a Osama bin Laden, levou à presença de forças militares americanas na periferia das fronteiras continentais chinesas, provocando um marcado reajustamento no cenário geopolítico vizinho à China, o qual tem levado a liderança chinesa a reequacionar as suas prioridades e acções estratégicas regionais a curto prazo e a médio prazo.

Abstract

The present study intends to analyse the geopolitical implications in the Central and South Asian region to People's Republic of China from the September 11 terrorists attacks. The international coalition to fight terrorism and the subsequent American offensive in Afghanistan to destroy the Taliban regime, the al-Qaeda bases, and capture Osama bin Laden, led to a American military presence in the neighbourhood of China's continental frontiers, which pushed the Chinese leadership to re-evaluate his priorities and strategic regional planning in short and medium terms.

1. Introdução

“Vocês (americanos) têm um mundo de perigos sem um exército mundial. Por isso e na minha opinião, a América irá organizar o mundo. Não têm outra hipótese: é uma questão de vida ou morte. Não pode ser adiada. Não pode ser ignorada. Não pode ser gerida parcialmente.”

Shimon Peres, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel¹

“Devemos aproveitar as oportunidades, desenvolvendo-nos e fortalecer ainda mais a nossa posição e função nas áreas nossas vizinhas... [Nós] devemos ter uma clara percepção estratégica e agarrar as iniciativas associadas à gestão da política externa nas regiões vizinhas... devemos gerir habilmente várias relações triangulares para os interesses estratégicos da China: o grande triângulo China-EUA-Japão, [o pequeno hexágono do grupo de Xangai] e os [cinco] pequenos triângulos da China-Japão-ASEAN, China-Japão-Rússia, China-Índia-Paquistão, China-Japão-Coreia do Sul e China-Coreia do Norte-Coreia do Sul.”

Yang Jianyong, investigador do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas de Pequim²

Nas palavras do Ministro israelita os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 alteraram supostamente não só os Estados Unidos mas também a sua relação com o mundo. Muitos analistas políticos apressaram-se a equiparar os atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono com o ataque japonês a Pearl Harbour, o qual constituiu um ponto de viragem na forma como os Estados Unidos (EUA) então se viam perante o mundo. Para estes defensores de um polícia mundial de *stars and stripes* ao peito, a hora deste intervir havia soado. Outros analistas avançaram – precipitadamente – com a noção de que os ataques iriam terminar com a insularidade americana do pós-Guerra Fria e os tiques unilateralistas de George W. Bush, aumentando a sua sensibilidade para questões mais distantes geograficamente, mas não menos importantes. Para aqueles que se ressentiam da

1 Declaração efectuada em 27 de Novembro de 2001 no Council of Foreign Relations em Nova Iorque.

2 Citado em WANG, Fei-Ling, “Self-Image and Strategic Intentions: National Confidence and Political Insecurity”, in Yong Deng e Fei-Ling Wang (Eds), *In the Eyes of the Dragon: China Views the World*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1999, p. 38.

sombra de poder americano, um novo peso seria conferido a assuntos de política externa mais “suaves”: a pobreza, a SIDA, a dívida do terceiro mundo.

Nada disso aconteceu. Até agora não houve qualquer tipo de realinhamento da sua política externa dedicada aos “assuntos secundários”, nem alteração na prioridade de financiamento conferida ao desenvolvimento internacional, bem como qualquer reconsideração dos métodos e objectivos de política externa. Na verdade, parece que a pedra de toque da política externa norte americana será nos próximos dois anos (até às próximas eleições presidenciais) a segurança dos seus cidadãos. Washington irá procurar a cooperação de outras capitais com vista à prossecução de tais objectivos - mas não irá talhar uma *Pax Americana*. Como tal, as afirmações de que o mundo - estruturalmente falando - não mais seria o mesmo após os atentados de 11 de Setembro, independentemente da sua componente fortemente emocional, revelaram-se particularmente imprecisas e nalguns casos demasiado apocalípticas. O sistema internacional oscilou mas não soçobrou, havendo actualmente fortes indícios de que uma longa recuperação com vista a uma estabilização funcional do mesmo se tenha iniciado logo nos dias seguintes aos ataques terroristas³.

Para a República Popular da China (RPC) as consequências imediatas dos atentados traduziram-se num reinvestimento geopolítico dos Estados Unidos “numa área de interesse e de grande sensibilidade” para Pequim, o que levou ao acentuar de uma mentalidade de cerco já anteriormente omnipresente nos actuais círculos político-militares chineses. A intensidade deste sentimento de insegurança gerada primordialmente a partir do interior do Partido Comunista Chinês (PCC) contrasta fortemente com uma sensação de segurança nacional da China enquanto Estado. Actualmente, a elite governante demonstra uma peculiar mentalidade que mistura um ambicioso sentido de missão com um forte sentimento de receio e de ameaças à sua liderança. Apesar do seu ambicioso plano de modernização económica e consolidada confiança na condução dos destinos da China (recuperação da grandeza, do respeito, da prosperidade e do poder “perdidos”) o regime comunista tem sido contestado quer interna quer externamente, especialmente desde 1989 (aquando dos acontecimentos de Tienanmen). Estas pressões internas e externas forçaram o PCC a procurar refúgio na prosperidade económica e nos sentimentos nacionalistas, ou “patrióticos”. Não surpreendentemente, dada a natureza autoritária do sistema político da RPC, a insegurança do Partido Comunista tem-se essencialmente traduzido, por intermédio das suas organizações e máquinas de propaganda, como ameaças aos “interesses nacionais” no

3 Para uma discussão sobre este ponto leia-se IKENBERRY, John, “American Grand Strategy in the Age of Terror”, *Survival* n.º 4, 2001, pp. 19-34.

seio de um crescente poder por parte da China. O resultado, é uma fixação e uma veneração pelo “interesse nacional” no discurso político chinês. Existe assim um falso sentimento de insegurança nacional e de cerco que influencia as considerações estratégicas chinesas apesar do facto de a nação chinesa nunca ter estado tão segura como hoje, em mais de dois séculos. Um jornal patrocinado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês declarou num artigo publicado que a “grande estratégia” da China deve considerar uma “segurança abrangente” de “segurança interna e externa, não apenas militar mas também política, económica e cultural”⁴. Pequim mantém-se assim particularmente vigilante a todos os perigos. É neste contexto que a análise que se segue se desenvolve.

Para a China, os ataques de 11 de Setembro às torres do *World Trade Center* em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington, levaram a um crescendo das reuniões e encontros oficiais da elite política em Pequim, os quais contrastaram marcadamente com a toada de relativa indiferença demonstrada inicialmente pela imprensa chinesa e com a reacção de mutismo de Jiang Zemin, que foi o único dos chefes de Estado das grandes potências que não divulgou pública e prontamente uma declaração de apoio ao seu homólogo norte americano⁵. Por detrás deste progressivo incremento da importância geo-estratégica global e regional de tão trágico acontecimento e das resultantes expressões oficiais de condenação e de apoio condicional associado às posteriores acções militares desenvolvidas por Washington no Afeganistão por parte de Pequim (as quais e aos olhos dos mais optimistas, poderiam simbolizar uma nova Era de cooperação internacional e de desanuviamento da competição geopolítica entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China) a liderança central chinesa (*zhongyang*) não logrou esconder uma forte ansiedade quanto ao redireccionamento estratégico dos países vizinhos e as possíveis implicações para o seu conceito de segurança e defesa, em resultado da presença de forças militares americanas numa área considerada como de vital interesse geopolítico para a China. Nas palavras de Ye Zicheng, Director do Departamento de Estudos Internacionais da Universidade de Pequim, “se os Estados Unidos estacionarem tropas em território paquistanês ou

4 YONGSHENG, Tang, “Comprehensive Security and Grand Strategy”, *World Affairs* nº 20, 1996, pp. 16-17.

5 Algumas horas depois dos atentados, Jiang Zemin contactou telefonicamente o seu homólogo americano, expressando o repúdio chinês por tais actos terroristas. No dia 12 de Setembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tang Jiaxuan, telefonou ao Secretário de Estado norte americano, Colin Powell, expressando a sua simpatia para com os EUA. “Quarterly Chronicle and Documentation”, *The China Quarterly* nº 168, 2001, p. 1073. Não houve no entanto qualquer declaração televisiva, ao contrário do que foi feito pelos líderes das outras grandes potências. A primeira declaração oficial foi emanada no final do dia 11 de Setembro pela porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Zhang Qiyue e demonstrava o repúdio da China pelos actos terroristas, abstendo-se de mencionar um total apoio e solidariedade. [Muzzi.com](http://muzzi.com); 12 de Setembro de 2001.

afegão, poderão prejudicar as relações entre Pequim e Washington e complicar o panorama na Ásia Central”⁶.

Na realidade, as consequências para a República Popular da China dos atentados de 11 de Setembro foram duas: uma forte reconstrução do cenário estratégico asiático, especialmente no seu flanco continental; e o concomitante risco de redução da margem de manobra e da posição favorável que ocupava no seio da nova ordem internacional (*xin guoji zhixu*)⁷ desde o final da Guerra Fria – pelo menos assim o pensava. Por muito que os analistas e estrategas europeus pretendam reclamar para o “velho continente” a prioridade de preocupação e actuação estratégica dos Estados Unidos, a verdade é que é indisfarçável a existência de um intencional processo de reinvestimento na Ásia, fruto da maior concentração mundial de povos muçulmanos e de potências nucleares e da “estabilização” da velha fronteira oriental da Europa (entenda-se a Rússia). A posição geograficamente central da China como o arauto da segurança regional asiática, ligada a vectores diplomáticos operativos como o da não interferência nos assuntos internos de outros Estados sofreu assim e aparentemente, um novo e forte abalo⁸.

2. A reacção oficial de Pequim

A reacção inicial chinesa aos atentados foi particularmente tímida se comparada por exemplo com a do Presidente russo Vladimir Putin (o qual poderia compreensivelmente partilhar com Pequim uma atitude de maior retracção política). Efectivamente, a imprensa chinesa chegou mesmo a revelar um certo grau de embaraçosa satisfação pelos acontecimentos ocorridos, multiplicando-se nos fóruns de discussão na Internet (controlados pelos organismos do governo) um regozijo pela “humilhação” americana. Este sentimento de “desforra” consubstancia-se como um dos elementos materializadores de um apelo nacionalista que atravessa os mais distintos sectores da sociedade⁹.

6 *China Daily News*; 9 de Outubro de 2001.

7 Os analistas chineses preferem a expressão nova ordem internacional à de nova ordem mundial (*xin shijie zhixu*) uma vez que a última apresenta uma conotação hegemónica que tendem a associar aos Estados Unidos.

8 Lembre-se que o primeiro choque materializou-se aquando dos bombardeamentos por parte da OTAN da República Sérvia em virtude da crise no Kosovo.

9 Veja-se os debates nos sites Sina.com e o Peoplesdaily.com. Para uma análise dos sentimentos nacionalistas e de revolta expressos aquando do bombardeamento accidental da embaixada chinesa em Belgrado no dia 10 de Maio de 1999 por um avião norte americano e do incidente com o avião americano EP-3 no dia 1 de Abril

Após algumas hesitações, o discurso oficial acentuou finalmente a sua clara condenação e repúdio das acções terroristas. Esta atitude de ambiguidade poder-se-à explicar pelas contradições que definem a política externa chinesa: ou seja, enquanto reclama para si um estatuto de grande potência mundial, a China permanece extremamente indiferente a tudo aquilo que não possa constituir uma ameaça aos seus interesses ou uma interferência sobre a sua esfera de influência regional. Os ataques terroristas em Nova Iorque “enforquilharam” geo-estratégicamente o *modus operandi* da China: primeiro, tornou-se incontornável uma associação à coligação liderada pelos Estados Unidos; e segundo, a intervenção militar americana teve lugar numa área sensível aos interesses regionais chineses.

Ultrapassado o dilema da tomada de decisão política, a liderança colegial chinesa avançou com uma retórica mais conciliadora, que pragmaticamente não escondeu as intenções de efectuar uma correlação directa entre a situação externa e os problemas domésticos associados à sua campanha de combate ao separatismo (Xinjiang, Tibete, Mongólia Interior e Taiwan) e ao terrorismo (Xinjiang). Por outras palavras, também a China lutava contra movimentos separatistas e terroristas no seu território, pelo que esperava agora uma maior compreensão da comunidade internacional, mas especialmente dos Estados Unidos, face às acções que levava e pretendia futuramente levar a cabo nesta área. Para o *zhongnanhai*¹⁰ a intencional codificação uniformizante dos conceitos de separatismo e de terrorismo extrapola um interesse nacional que pretende consolidar aos olhos de Pequim a inviolável noção de soberania e de não interferência externa nos assuntos políticos internos chineses.

Compreensivelmente a reacção norte americana, vocalizada por Colin Powell, quedou-se por uma sensata prudência oratória, ao abrigo da qual a inclusão da China na coligação considerava-se como algo de fulcral (devido ao estatuto regional de Pequim e ao facto de fazer fronteira com o Afeganistão) mas que não deveria ser alcançada a qualquer preço. Ante as cautelas diplomáticas americanas e o facto de saber que o factor tempo jogava temporariamente a seu favor (pelo menos enquanto a Casa Branca procurava congregar apoios internacionais à aliança anti-terrorista) Jiang Zemin estabeleceu três condições para o apoio de Pequim à resposta militar dos EUA: a apresentação de provas concretas da culpabilidade de Osama bin Laden, a consulta ao Conselho de Segurança das Nações

de 2001 leia-se respectivamente: GRIES, Peter Hays, “Tears of Rage: Chinese Nationalist Reactions to the Belgrade Embassy Bombing”, *The China Journal* nº 46, 2001, pp. 25-44. CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “O Incidente com o EP-3: Ou Quando a Águia e o Dragão Colidem”; *Revista Militar* nº 6/7, 2001, pp. 543-563.

¹⁰ Complexo de edifícios governamentais nos arredores da praça de Tienanmen onde se situa a sede do governo chinês.

Unidas e o “respeito pelas vidas dos inocentes”. Uma vez mais, o seu apelo ao cumprimento da legalidade jurídica internacional assente nos princípios modeladores das relações internacionais segundo a Carta das Nações Unidas, buscava aparentemente fundamento nos cinco princípios da coexistência pacífica invariavelmente invocados pela China de cada vez que existem suspeitas ou receios de interferências nos assuntos internos dos Estados por parte da super-potência. Na verdade e mesmo após a declaração de apoio a George W. Bush, Jiang Zemin convocou uma reunião do Comité Político do Partido Comunista Chinês onde evocou os riscos para Pequim do recrudescimento da sombra de poder hegemónico americano na região do sudeste asiático¹¹.

Esta preocupação prefigurou o reverso da medalha da teoria da ameaça chinesa. De facto, após o impacto e a polémica das discussões académicas efectuadas nos Estados Unidos em meados da década de 90 em torno da “ameaça chinesa”, o bombardeamento accidental da embaixada chinesa em Belgrado veio provocar uma tendência mais acentuada da opinião negativa que a população chinesa possui sobre os EUA e que orbita os desenvolvimentos analíticos em torno da designada “teoria da conspiração americana” destinada a obstar ao crescimento do poder chinês¹². Para a maioria da imprensa nacional chinesa e dos média pró-Pequim em Hong Kong, a constituição de uma coligação internacional de combate ao terrorismo não é mais do que a continuação de uma estratégia iniciada aquando da Guerra do Golfo, prosseguida pelo reforço dos laços de cooperação bilateral com o Japão em termos de segurança, continuada pelas acções da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na ex-Jugoslávia e agora materializadas pela colocação de forças militares no Afeganistão e no Paquistão. Ilustrativamente, Ye Zicheng estabelece uma distinção entre os motivos subjectivos e as motivações objectivas dos EUA. Para este analista chinês, sob a “capa” do combate ao terrorismo, Washington procura consolidar o seu desejo de hegemonia e de contenção do poder chinês, efectuando “sucessivos saltos estratégicos de um mundo multipolar para um mundo unipolar, onde o unilateralismo e a intervenção militar poderão ser legitimamente validados”¹³. Tal aversão e suspeita quanto às verdadeiras intenções de Washington chegou inclusive - e

11 Willy Wo-Lap Lam; CNN.com; 9 de Outubro de 2001.

12 O império não-territorial norte americano (de investimento empresarial, de instituições financeiras, dos média, dos mercados bolsistas acoplados ao dólar, das bases militares, da rede de alianças e dos oleodutos) confere aos Estados Unidos um poder estrutural global que torna difícil a países como a China não sentirem um sentimento de cerco geopolítico. Veja-se STRANGE, Susan, *States and Markets: An Introduction to International Political Economy*; London, Pinter, 1988, pp. 24-25.

13 *China Daily News*; 24 de Setembro de 2001.

inicialmente – a validar o questionamento da efectiva responsabilidade da *al-Qaeda* nos atentados por parte dos média chineses.

3. As consequências geopolíticas vistas a partir de Pequim

O principal receio chinês a longo prazo centra-se na possibilidade de um crescimento da influência regional americana numa área particularmente importante para Pequim e mais concretamente com a eventualidade de uma efectiva e consolidada penetração político-económica do “tio Sam” no Paquistão – o maior aliado da China na região do sudeste asiático. Assim poder-se-à explicar – pelo menos parcialmente – o reforço entre 5 a 15 mil homens dos efectivos do Exército Popular de Libertação na província de Xinjiang, sob o pretexto de tamponar a pequena fronteira entre a China e o Afeganistão evitando um afluxo de refugiados, a fuga de possíveis terroristas para Xinjiang ou a movimentação de elementos Uighur para território afegão com o intuito de reforçarem as fileiras dos “estudantes de teologia”¹⁴.

Esta foi uma opção que contrasta marcadamente com as relativamente contemporizadoras posições de Pequim face ao regime *Taliban* desde a consolidação do seu poder no Afeganistão¹⁵. Aparentemente, a China terá mantido relações de alguma cordialidade com o Mullah Omar como forma de obstar pacificamente a uma eventual tentação do líder afegão em exportar o radicalismo islâmico para a província de Xinjiang, mas igualmente

14 Com a luta ao terrorismo internacional em pleno desenvolvimento e a vitória da Aliança do Norte no Afeganistão, Pequim aumentou a pressão na província de Xinjiang, tendo sido anunciado a prisão de 318 alegados terroristas uighures no âmbito de uma operação em larga escala de combate ao crime organizado e ao terrorismo. *Xinhua*, teletexto RTP, 27 de Dezembro de 2001. No dia 21 de Janeiro de 2002, Pequim publicaria um documento justificativo da sua repressão em Xinjiang, no qual sustenta que parte dos membros do movimento separatista uighur terão sido treinados e financiados directamente por Osama bin Laden. *Xinhua*, teletexto RTP, 21 de Janeiro de 2002.

15 Para uma retrospectiva sobre o papel do Afeganistão na geopolítica regional leiam-se entre outros: URBAN, Mark, *War in Afghanistan*, London, Macmillan, 1988. GHUFRAN, Nasreen, “The Taliban and the Civil War Entanglement in Afghanistan”, *Asian Survey* nº 3, 2001, pp. 462-487. RUBIN, Barnett, “Afghanistan Under the Taliban”, *Current History* nº 625, 1999. TOMSEN, Peter, “A Chance for Peace in Afghanistan: The Taliban’s Days Are Numbered”, *Foreign Affairs* nº 79, 2000. RUBIN, Barnett, *The Search for Peace in Afghanistan: From Buffer State to Failed State*, New Haven, Yale University Press, 1995. JALALI, Ali, “Afghanistan: The Anatomy of an Ongoing Conflict”, *Parameters* nº 1, 2001 (acessível em <http://Carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/01spring;jalali.htm>). ROY, Olivier, *Afghanistan: From Holy War to Civil War*, Princeton, Darwin Press, 1995. RASHID, Ahmed, *Taliban: Militant Islam, Oil, and Fundamentalism in Central Asia*, New Haven, Yale University Press, 2000.

como meio de contrariar a caracterização maniqueísta americana dos “Estados párias”, servindo como contraponto à sua política de oposição à hegemonia global e regional dos Estados Unidos¹⁶. Apesar de não ter reconhecido oficialmente o regime dos “estudantes de teologia” – cumprindo as determinações da Organização das Nações Unidas (ONU) – o embaixador chinês no Paquistão foi o único diplomata estrangeiro e não-muçulmano que se avistou no ano de 2000 com o Mullah Omar¹⁷. No entanto, esta cosmética preocupação em cumprir os preceitos jurídicos da ONU não se verificou na prática, tendo a China se recusado a aplicar o embargo económico e militar ao regime *Taliban* chegando inclusivé a lançar um programa de cooperação económica e técnica com o Afeganistão, num claro intuito de instrumentalização da liderança afegã em prol de interesses geo-estratégicos mais elevados¹⁸. Segundo algumas fontes, o intercâmbio chegou à esfera militar onde alegadamente em 1998 e na sequência da visita de uma delegação militar chinesa a Cabul – com especialistas em sistemas de lançamento de mísseis de cruzeiro americanos – terá sido assinado um acordo com vista à troca de informações e à recuperação de mísseis *Tomahawk* americanos não detonados, aquando do bombardeamento norte americano do Afeganistão em Agosto de 1998¹⁹. O pragmatismo geopolítico chinês uma vez mais vinha ao de cima, como vector operativo essencial à preservação da sua estabilidade interna e externa, propiciadoras da prossecução do objectivo último do crescimento e do desenvolvimento económico da China²⁰. A possibilidade da existência de um Estado revolucionário

16 Na realidade e não obstante as declarações alarmistas de Pequim, o número de guerrilheiros uighur inseridos na rede da *al-Qaeda* e pró-*Taliban* é negligenciável (poucas dezenas) apesar de a China instrumentalizar intencionalmente a ligação entre estes guerrilheiros em Xinjiang e o terrorismo internacional. Veja-se BECQUELIN, Nicolas, “Xinjiang in the Nineties”, *The China Journal* n° 44, 2000, pp. 65-90.

17 *Xinhua*, teletexto RTP, 20 de Setembro de 2001. Note-se que aquando da ascensão ao poder dos *Taliban* – que entre outros actos castraram e enforcaram o Presidente deposto Najibullah – a administração Clinton não criticou tal acção, não criticando a estrita interpretação que faziam da lei islâmica. A empresa petrolífera norte americana Unocol, que pretendia construir gasodutos e oleodutos do Turquemenistão para o Paquistão e a Índia (via Afeganistão) chegou a receber alguns líderes dos “estudantes de teologia” no seu edifício sede na Califórnia, tendo-os conduzido inclusivé a Washington onde procuraram obter um reconhecimento formal do regime *Taliban*. *Washington Times*, November 5, 2001.

18 A cooperação técnica incluía as áreas de hidráulica e de minas, tendo inclusivé e ironicamente o último destes acordos sido anunciado na véspera dos atentados de Nova Iorque. [Chinaonline.com](#); 11 de Setembro de 2001. Mais comprometedor foi o facto de duas empresas chinesas estarem envolvidas desde 1999 na instalação de cabos e redes de fibra óptica contratadas pelo regime *Taliban*. Devido a constrangimentos financeiros do governo afegão, o contrato acabaria por ser suspenso, o que permitiu ao governo chinês negar qualquer tipo de cooperação nesta área. *Washington Times*, September 28, 2001.

19 Agência INRA, 12 de Dezembro de 1998. Foram disparados pela Marinha norte americana cerca de 79 mísseis que atingiram alvos no Sudão e no Afeganistão. *Jane's Defense Weekly*, 21 April 1999; p. 8.

20 Alegadamente os dois governos chegaram a acordar e a operar uma ligação aérea directa entre Cabul e Urumqi, a capital provincial de Xinjiang. [Muzi.com](#); 21 de Outubro de 2001.

como potencial exportador de uma “Guerra Santa” para Xinjiang era algo de extremamente perigoso para Pequim e que só uma aproximação de diplomacia preventiva ao regime *Taliban* poderia evitar²¹. Só assim se pode compreender as acções do Estado chinês (*guoqing*).

Quanto ao Paquistão, a sua “magnetização político-económica” para o campo americano provocou preocupações bem mais sérias na liderança chinesa do que a deposição do regime *Taliban*²². Com efeito, é sobejamente conhecida a extensa cooperação militar entre Pequim e Islamabad e os inerentes benefícios estratégicos e económicos que a China extrai de tais acordos, quanto mais não seja pela componente trilateral que a estes se encontram associados – à luz da qual o Paquistão se formaliza como um “equivalente” contrapeso ao poder militar e nuclear regional de Nova Delhi²³. Não poucas vezes, Pequim tem-se abtido de criticar ou denunciar o regime militar paquistanês, não escondendo no entanto a sua legítima preocupação com a onda fundamentalista islâmica que tem varrido o país²⁴. A cedência do governo paquistanês à pressão norte americana com vista a isolar o regime dos “estudantes de teologia” quer física quer politicamente e as contrapartidas económicas apresentadas por Washington em troca de tal colaboração, enfraqueceram substancial-

21 Veja-se HU, Xiaobu, “China, Pakistan, and the ‘Taliban Syndrome’”, *Asian Survey* nº 4, 2000, pp. 641-657.

22 O “trunfo” paquistanês foi utilizado contra Washington por parte de Pequim em várias situações, a mais mediática das quais nos finais de 1992, quando em resposta à venda americana de 150 aviões F-16 a Taiwan, a China vendeu vários mísseis balísticos de curto alcance (M-11) a Islamabad, colocando em causa a política patrocinada pela Casa Branca de assinatura de um Tratado Internacional de Não Proliferação Nuclear.

23 Os EUA tiveram a sua quota parte de responsabilidade na formação de cientistas nucleares indianos e paquistaneses, tendo o “pai” do programa nuclear indiano, Abduz Kalam, frequentado um curso de quatro meses nos Estados Unidos, para além de até 1974 Washington ter subsidiado bolsas de investigação para cientistas indianos. Analogamente, cientistas paquistaneses foram treinados no Centro de Voo de Wallops na Virgínia. Veja-se LAMPTON, David, *Same Bed Different Dreams: Managing US-China Relations, 1989-2000*, Berkeley, University of California Press, 2001, p. 90. Leia-se igualmente AHMED, Samina, “Pakistan’s Nuclear Weapons Program: Turning Points and Nuclear Choices”; *International Security* nº 3, 1999, pp. 178-204.

24 “A China é o parceiro mais fiável e leal do Paquistão, ao contrário dos Estados Unidos que ora apoiam ora abandonaram ciclicamente Islamabad, consoante a maior ou menor amplitude dos interesses de Washington na região. O ressentimento e a desconfiança face aos Estados Unidos ainda é grande não só no seio da instituição militar como em toda a sociedade paquistanesa.” Conversa do autor com o professor paquistanês, Zafar Cheema, na conferência internacional “Terrorismo na Ásia Central e Meridional” realizada em 25 de Janeiro de 2002 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Lisboa. Em 23 de Maio de 1999, aquando da visita a Pequim do general Perez Musharraf, então Chefe de Estado-Maior do Exército paquistanês e actual Presidente do Paquistão, o Chefe do Departamento Geral de Estado-Maior e Pessoal do EPL, o general Fu Quanyou, declarou que “os laços militares entre a China e o Paquistão são uma componente vital da relação de parceria cooperativa abrangente entre os dois países”. Citado em GARVER, John, “The Restoration of Sino-Indian Comity Following India’s Nuclear Tests”, *The China Quarterly* nº 168, 2001, p. 882.

mente a capacidade de influência regional chinesa demonstrando as vulnerabilidades da “carta paquistanesa” no jogo de Pequim²⁵. As manifestações de apoio aos *Taliban* pelos sectores mais fundamentalistas da sociedade paquistanesa e os riscos de uma instabilidade interna passível de subverter o regime militar do General Musharraf e de desagregar a estrutura de comando e controlo do armamento nuclear, podendo levar a que caísse nas mãos dos radicais religiosos com resultados dramáticos para a região, levou a que Washington reforçasse a sua vigilância sobre esta potência nuclear assumindo uma atitude mais pró-activa²⁶. Aparentemente, a maior acutilância da política americana na região poderá servir os objectivos de uma maior estabilidade, reduzindo ainda mais os riscos de uma confrontação indirecta entre Pequim e Nova Delhi por intermédio do Paquistão em torno da questão de Caxemira²⁷. Para tal a China terá de demonstrar (como parece querer fazer) tanto a Washington como a Nova Delhi que é uma parte da solução e não uma parte do problema na Ásia meridional. O desafio que se coloca à liderança chinesa prende-se com a capacidade de possuir a “arte e o engenho” político-diplomático para conseguir envolver cooperativamente a Índia (evitando uma maior deriva desta para o campo dos Estados Unidos) sem colocar em causa a sua *entente* com o Paquistão, ao mesmo tempo que compete com indianos e paquistaneses pela “simpatia política” americana²⁸. Sem dúvida um desafio de contornos Sísifianos.

Sob este ponto, o combate ao terrorismo pode-se prefigurar como uma benção paradoxal, podendo tanto estabilizar a região como lançá-la numa espiral de extremismo

25 *Jane's Defense Weekly*, 18 July 2001; pp. 18-19. A actual pressão americana sobre o general Musharraf implicou que este abdicasse dos dois únicos “sucessos” da política externa paquistanesa proporcionados pelos seus serviços de informações militares: a instalação de um amigável regime *Taliban* no Afeganistão e o apoio aos movimentos separatistas na Caxemira indiana. Para uma perspectiva paquistanesa e indiana sobre o combate ao terrorismo leiam-se respectivamente: AHMED, Samina, “The United States and Terrorism in Southwest Asia: September 11 and Beyond”, *International Security* nº 3, 2001, pp. 79-93 e CHELLANEY, Brahma, “Fighting Terrorism in Southern Asia: The Lessons of History”, *International Security* nº 3, 2001, pp. 94-116.

26 Veja-se JAN, Ameen, “Pakistan on a Precipice”; *Asian Survey* nº 5, 1999, pp. 699-719.

27 Pequim tem conservado sobre a disputa de Caxemira uma posição de neutralidade activa, defendendo a não internacionalização da disputa e a sua resolução no âmbito bilateral, ao abrigo das resoluções do Conselho de Segurança da ONU (que advogam a realização de um *referendum* que não é aceite pela Índia) e do acordo de 1972 de Simla (que na opinião de Nova Delhi revoga a necessidade da realização de um plesbício). Esta actuação chinesa é compreensível tendo em linha de conta o seu combate a movimentos secessionistas no Tibete e em Xinjiang.

28 A mobilização militar e os testes de mísseis por parte da Índia mais não são do que sinais para Washington, fazendo com que a Casa Branca (e o número 10 de Downing Street) tenham de pressionar o Paquistão com vista a que possa ser cortado o apoio aos militantes separatistas da Caxemira indiana. Nova Delhi parece seguir uma estratégia de “desestabilização regional laboratorialmente controlada”.

político-religioso e cujas envolventes do recente ataque ao parlamento indiano por parte de um alegado grupo sediado na parte paquistanesa de Caxemira – que levou ao recrudescimento das tensões militares na fronteira entre os dois países – se encarregaram de demonstrar. Caso o governo paquistanês consiga prender e julgar os verdadeiros responsáveis pelo ataque, poder-se-ão criar algumas condições favoráveis ao estabelecimento de medidas criadoras de confiança político-militares, mas para tal torna-se igualmente indispensável que o governo indiano demonstre alguma flexibilidade política e não se escude numa excessiva ortodoxia nacionalista particularmente perigosa quanto as desavenças opõem duas potências nucleares²⁹. O potencial nuclear indiano contra o qual a China desde cedo procurou construir uma coligação de Estados nucleares responsáveis tendentes a preservar o seu estatuto como única potência nuclear regional, revelou-se como um fracasso político-estratégico, uma vez que e ao contrário de Islamabad, Nova Delhi nunca chegou a ser sujeita aos mesmo regimes de inspecção e controlo e de sanções internacionais³⁰. Adicionalmente, para muitos estrategas chineses a ameaça quer directa quer

29 Não se deve no entanto, subalternizar a delicada situação política do Primeiro Ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, o qual e na sua perspectiva, foi atraído por duas vezes pelo General Musharraf. A primeira vez em Julho de 1999, aquando da ofensiva militar paquistanesa a Cargil (quando o General era Chefe de Estado Maior do Exército paquistanês) e a segunda, um ano depois – já como Presidente do Paquistão – quando foi convidado por Vajpayee para uma cimeira em Agra, onde boicotou as aberturas negociais indianas. A debilidade da coligação governativa a que preside, aliada às desconfianças pessoais que nutre pelo Presidente paquistanês podem justificar o actual carácter menos cooperativo e inflexível do tradicionalmente “pacífico” Primeiro Ministro indiano. Para o editor principal do *Asian Age* de Nova Delhi, M. J. Akbar, não parece possível que os sentimentos pessoais de Vajpayee possam condicionar a política indiana face ao Paquistão. Para Akbar, só os nacionalistas indianos podem melhor do que ninguém entrar em processos negociais com o Paquistão – uma vez que as críticas a existirem viriam do próprio Partido. Conversa com o autor aquando da conferência internacional “Terrorismo na Ásia Central e Meridional” realizada em 25 de Janeiro de 2002 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Lisboa. Para uma visão sobre eventuais abordagens negociais entre Nova Delhi e Islamabad leia-se: SINGER, Clifford E., Jyotika Saksena e Milind Thakar, “Feasible Deals with India and Pakistan After the Nuclear Tests: The Glenn Sanctions and US Negotiations”, *Asian Survey* nº 12, 1998, pp. 1161-1178.

30 Veja-se MISTRY, Dinshaw, “Diplomacy, Sanctions, and the US Nonproliferation Dialogue with India and Pakistan”, *Asian Survey* nº 5, 1999, pp. 753-771. Quando em 17 de Janeiro de 2001, a Índia testou com sucesso o seu míssil balístico de alcance intermédio (o Agni II) não hesitou em apontar a China como a sua maior preocupação de segurança, isto no último dia da visita a Nova Delhi do ex-Primeiro Ministro chinês Li Peng que permanece como uma figura central do Comité Permanente do *Politburo*. *Washington Post*; January 18, 2001. Durante esta visita, Li Peng informou o governo indiano de que uma esquadra da Marinha do EPL não iria participar no exercício conjunto *Fleet Review* da Marinha indiana com forças marítimas de mais 19 países (incluindo os quatro do Conselho de Segurança da ONU) planeado para 15-18 de Fevereiro de 2001. Aparentemente tal decisão poder-se-à ter prendido com o facto de o Paquistão não ter sido convidado a participar. Analogamente e segundo algumas fontes, Taipé e Nova Delhi terão em funcionamento um acordo de cooperação militar e técnica de troca de informações estabelecido aquando da presidência de

indirecta dos Estados Unidos sobre a política chinesa no Tibete, poderá agora assumir contornos mais realistas e bem mais catastróficos do que o anteriormente delineado³¹.

O Grupo de Xangai formalizado em 1996 e que engloba a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirgistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão revelou-se igualmente como um dos principais prejudicados - em termos colectivos não individuais - com os atentados de 11 de Setembro. O patrocínio de Pequim a este grupo foi desde sempre intencional e pejado de um frio calculismo geopolítico, exprimindo segundo o discurso oficial chinês um modelo harmonioso de relação entre Estados em luta por um desenvolvimento económico sustentado e com um maior ou menor grau de marginalização por parte do Ocidente. Aos olhos da China a utilidade de tal fórum de parceria centra-se em dois pontos: a necessidade de obter o apoio ou a neutralidade dos Estados vizinhos na sua luta ao movimento secessionista uighur de Xinjiang e a constituição de um anteparo geopolítico contra o poder dos Estados Unidos na Ásia Central. Se os pressupostos associados ao primeiro ponto foram revitalizados e a condenação ao separatismo expressa por todos os Estados do grupo, reforçou a posição chinesa no que a Taiwan diz respeito, o mesmo não se pode aplicar no que ao segundo ponto concerne.

Se o objectivo de constranger a influência geopolítica americana na região nunca foi dissimulado por Pequim, a sua preocupação e ansiedade foram substancialmente aumentados especialmente aquando da realização de exercícios militares conjuntos entre forças da OTAN e do Cazaquistão em 1998. Com os atentados de 11 de Setembro, os restantes Estados do Grupo de Xangai não hesitaram em manifestar o seu apoio aos EUA, tendo mesmo todos (excepto a Rússia - mas com o seu consentimento, uma vez que se tratava de uma área de influência de Moscovo) disponibilizado infra-estruturas de apoio às forças militares americanas com vista à missão de ataque ao regime *Taliban* do Afeganistão e tudo sem terem efectuado uma prévia consulta ao parceiro chinês. As contrapartidas america-

Lee Teng-hui. Estas revelações não deixaram de acirrar ainda mais a animosidade da República Popular da China para com a Índia, tendo em atenção a "intromissão indiana" nos assuntos internos chineses. *United Daily News*, January 2, 2002. Para uma excelente análise sobre a dinâmica diplomática entre a China e a Índia desde os testes nucleares efectuados por Nova Delhi em 11 de Maio de 1998, leia-se GARVER, John, "The Restoration of Sino-Indian Comity Following India's Nuclear Tests", *The China Quarterly* n° 168, 2001, pp. 865-889. GARVER, John, *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*, Washington, University of Washington Press, 2001. Para uma análise das respectivas opiniões públicas sobre as opções nucleares da Índia e do Paquistão leia-se: AHMED, Samina, David Corthright e Amitabh Mattoo, "Public Opinion and Nuclear Options for South Asia", *Asian Survey* n° 8, 1998, pp. 727-744.

31 Leia-se XU, Guangqiu, "The United States and the Tibet Issue", *Asian Survey* n° 11, 1997, pp. 1062-1077. NORBU, Dawa, "Tibet in Sino-Indian Relations: The Centrality of Marginality", *Asian Survey* n° 11, 1997, pp. 1078-1095.

nas para tal apoio, abriram as portas a uma cooperação e colaboração a longo prazo com os EUA, particularmente por parte do Uzbequistão³². Aparentemente os receios de Pequim quanto à continuação de uma presença americana militar por um tempo indefinido na região parecem ter-se concretizado uma vez que o Contra-Almirante Craig Quigley, porta-voz do Comando Central (CENTCOM) das Forças Armadas norte americanas, afirmou que a construção de bases em torno e no interior do Afeganistão tem “um grande valor” para os Estados Unidos, estando entretanto em fase de construção uma base aérea no Quirgístão³³. Por sua vez, os franceses planeiam reconstruir o aeroporto de Aini, em Duchambé (Tadjiquistão) para colocá-lo ao serviço da OTAN³⁴.

Representado como uma das jóias da coroa da diplomacia chinesa, o Grupo de Xangai jaz agora mais enfraquecido³⁵ (operativamente falando). O reinvestimento americano tanto no Sudeste asiático como na Ásia Central traz para muitos observadores chineses uma nova justificação (depois da teoria da “ameaça chinesa” o novo argumento é o do combate ao terrorismo) para uma velha ambição da Casa Branca (a presença militar extensiva na região e o inerente controlo das enormes jazidas petrolíferas e de gás natural, que consubstanciam como uma alternativa ao Médio Oriente)³⁶. A concretização de tais prospectos estratégicos americanos, irá gerar sem dúvida sérios calafrios políticos à liderança chinesa, podendo obrigar a um novo redireccionamento das suas percepções geográficas associadas ao conceito de segurança e defesa nacional. De facto, se após o término da Guerra Fria as preocupações de segurança chinesa transferiram-se da fronteira continental (ex-URSS) para a fronteira marítima, a agora plausível eventualidade de uma

32 *International Herald Tribune*; October 15, 2001.

33 *El País*; 10 de Janeiro de 2002. Note-se que anteriormente aos atentados, duas equipas de militares das operações especiais do Exército americano procederam ao treino de tropas do Quirgístão no combate ao Movimento Islâmico do Uzbequistão ao abrigo da Iniciativa Americana de Segurança para a Ásia Central. Veja-se *Jane's Defense Weekly*, 29 August 2001; p. 14.

34 *El País*; 10 de Janeiro de 2002.

35 Na reunião do Grupo de Xangai ocorrida no dia 8 de Janeiro de 2002, Jiang Zemin tentou reatar a “dinâmica” outrora existente com a Rússia, ao anunciar conjuntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo o reforço da cooperação bilateral em assuntos de segurança regional, ao mesmo tempo que criticava a rotura dos EUA com o Tratado ABM e a continuação do sistema nacional americano de defesa anti-balística. Em 18 de Janeiro de 2002, a China assinou com o Cazaquistão um acordo de segurança e defesa contra o “terrorismo, o separatismo e o extremismo”. *Xinhua*, teletexto RTP, 18 de Janeiro de 2002.

36 Para uma visão sobre os mais recentes projectos de investimento petrolífero da China na Ásia Central leia-se DOWNS, Erica Strecker, *China's Quest For Energy Security*, Santa Monica, RAND, 2000. Ilustrativamente, a Radio Free Europe/Radio Liberty decidiu terminar as suas emissões rádio para a Europa central, estabelecendo como actuais prioridades países como o Uzbequistão, o Turquemenistão, o Tadjiquistão, o Azerbeijão, o Irão e futuramente o Iraque.

presença militar americana mais ou menos demarcada num arco que vai desde a Rússia até à Índia e que se aproxima cada vez mais das fronteiras chinesas, poderá obrigar a uma nova inflexão na doutrina de segurança e defesa de Pequim (contemplando uma maior atenção à sua fronteira norte e nordeste) modificação essa especialmente problemática para um Estado que luta por um desenvolvimento das suas capacidades militares a partir de recursos financeiros limitados³⁷. Os receios de um envolvimento estratégico americano, parecem começar a assumir contornos mais definidos nas mentes mais nacionalistas, condicionando os seus projectos de desenvolvimento militar naval e o seu potencial dissuasor convencional face a Taiwan e ao Japão, em virtude da presença militar americana no arquipélago japonês, na Coreia do Sul e no arquipélago filipino³⁸. A discrepância operacional – que não de retórica – entre Washington e Pequim (nenhuma das partes esqueceu ainda os incidentes do bombardeamento à embaixada chinesa em Belgrado e com o avião americano EP-3 e o caça chinês J-8³⁹, mas ambas reiteram o discurso de sublimação da estabilidade e da cooperação) é perfeitamente patente pelo facto da China advogar uma

37 De cada vez que os Estados Unidos intervêm militarmente numa região, a sua demonstração de poder tem gerado fortes debates e reformulações estratégicas por parte do Exército Popular de Libertação. O primeiro “choque” foi com a Guerra do Golfo, o segundo com a crise do Kosovo. O ataque ao regime *Taliban* no Afeganistão constituirá mais um abalo às considerações operacionais do EPL. CARRIÇO, Manuel Alexandre G., *A Evolução do Conceito de Segurança e Defesa e do Pensamento Estratégico Chinês*, 2001, Monografia não editada.

38 A presença de algumas centenas de “conselheiros militares” americanos nas Filipinas com o objectivo de auxiliarem o treino do exército filipino no combate ao grupo Abu Sayyaf, permite reforçar a mentalidade de cerco geo-estratégico americano à China, vigente nos sectores mais nacionalistas chineses. Washington aprovou em 10 de Janeiro o envio de cerca de 160 “bóinas verdes” acompanhados por 500 militares com tarefas de apoio, com vista a possibilitar *on job training* a dois batalhões ligeiros de reacção rápida do Exército filipino e que actuarão nas ilhas de Basilan e Sulu. A missão norte americana deverá prolongar-se até ao final do ano, não excluindo os comandantes militares americanos a possibilidade de os seus subordinados se envolverem directamente nos combates (quando acompanharem as forças do exército filipino). Se a resistência do Abu Sayyaf se prolongar no tempo, tal poderá incentivar grupos comunistas rebeldes como o Novo Exército do Povo (NEP) a desenvolverem acções paralelas (note-se que desde 1998 as fileiras do NEP duplicaram, cifrando-se actualmente na ordem dos 12 mil elementos) e a um inevitável aumento da presença militar americana nas Filipinas. Veja-se *Newsweek*, January 28, 2002; p. 21 e *Jane's Defense Weekly*, 28 November 2001; p. 15. Adicionalmente, a administração norte americana já demonstrou a intenção de providenciar conselheiros e material militar à Indonésia na sua luta contra os movimentos secessionistas. A decisão carece por enquanto da concordância do Congresso, o qual faz depender a sua aceitação do projecto da prisão e julgamento dos militares indonésios envolvidos em violações dos direitos humanos aquando da ocupação de Jacarta de Timor Leste. A Casa Branca encetou igualmente contactos com o governo vietnamita com vista à utilização da base naval de Cam Ranh (anteriormente utilizada pelas forças navais soviéticas e russas). É igualmente de realçar o aconselhamento técnico da CIA ao governo nepalês na sua luta contra a guerrilha maoísta.

39 Para uma leitura sobre as envolventes político-militares deste incidente leia-se: CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “O Incidente com o EP-3: Ou Quando a Águia e o Dragão Colidem”; *Revista Militar* n.º 6/7, 2001, pp. 543-563.

estratégia de “dupla não intervenção” que os Estados Unidos necessariamente não reconhecem: não intervenção chinesa na região exterior à sua área de interesse e não intervenção americana na Ásia⁴⁰. Neste campo e aos olhos de Pequim, mudaram-se os meios mas não os objectivos americanos e o carácter maquiavélico dos primeiros (combate ao terrorismo) têm o condão de atenuarem consideravelmente a eficácia da pressão diplomática chinesa com vista a obstar a tal desiderato. O regresso do “polícia mundial” às imediações da “fortaleza” chinesa reforçado por uma autoridade moral e um apoio internacional alargado, isto depois de alguns anos de uma retirada parcial, é pois a grande cefaleia da actual liderança chinesa que nem a parceria estratégica com Rússia logra contrabalançar.

As poucas ilusões que restavam sobre as virtudes efectivas desta parceria, foram igualmente destroçadas com os acontecimentos de 11 de Setembro, expondo o muito que de paliativo o acordo possui, ou seja e realisticamente, o eixo Pequim-Moscovo não passa de uma parceria por defeito, vocacionada primordialmente para a esfera económica. Uma vez mais as esperanças chinesas da consolidação de um projecto formal capaz de se opor ao poder americano foram frustradas. As causas primárias poder-se-ão ir buscar ao imberbe estado de desenvolvimento do poder chinês e a um inerente défice de peso estratégico capaz de contrabalançar objectivamente as aspirações americanas. Para além do mais, bastava ao observador mais atento confrontar a existência de um discrepante *modus operandi* entre Moscovo e Pequim em assuntos tão importantes como as relações económicas bilaterais (que exceptuando a venda de armas russas à China, não se caracterizam por uma assinalável prosperidade)⁴¹, as questões sociais resultantes da “invasão” de emigrantes chineses das regiões russa do extremo oriente⁴², as interpretações divergentes do sistema NMD americano⁴³ e os laços de cooperação militar entre a Rússia e a Índia⁴⁴,

40 Muzi.com; 20 de Setembro de 2001.

41 Veja-se MENON, Rajan, “The Strategic Convergence Between Russia and China”, *Survival* nº 2, 1997, pp. 101-125. TANG, Shiping, “Economic Integration in Central Asia: The Russian and Chinese Relationship”, *Asian Survey* nº 2, 2000, pp. 360-376.

42 Veja-se LUKIN, Alexander, “The Image of China in Russian Border Regions”, *Asian Survey* nº 9, 1998, pp. 821-835.

43 Veja-se BLANK, Stephen J., “The Strategic Context of Russo-Chinese Relations”, *Issues & Studies* nº 4, 2000, pp. 66-94. GARNETT, Sherman, (Ed), *Rapprochement or Rivalry? Russia-China Relations in a Changing Era*, Washington, CEIP, 2000. ANDERSEN, Jennifer, *The Limits of Sino-Russian Strategic Partnership*, Adelphi Paper nº 315, London, Oxford University Press, 1998. WISHNICK, Elizabeth, “Russia and China: Brothers Again?”, *Asian Survey* nº 5, 2001, pp. 797-821.

44 Veja-se GANGULY, Sumit, “India’s Pathway to Pokhran II: The Prospects and Sources of New Delhi’s Nuclear Weapons Program”, *International Security* nº 4, 1999, pp. 148-177. SWAMY, Arun, “Índia in 2000”, *Asian Survey* nº 1, 2001, p. 100. HUNTLEY, Wade L., “Alternate Futures After the South Asian Nuclear Tests: Pokhran as Prologue”, *Asian Survey* nº 3, 1999, pp. 504-524. HILALI, Z. “India’s Strategic Thinking and Its National Security Policy”, *Asian Survey* nº 5, 2001, pp. 737-764.

para se aperceber da elevada teatralidade dos discursos oficiais e da efectiva ausência de um activo substrato político.

Por exemplo, quando foi informado dos atentados, o Presidente russo, Vladimir Putin, não tardou em expressar a sua solidariedade e apoio ao seu homólogo americano, tendo mesmo sido o primeiro dos líderes estrangeiros a fazê-lo⁴⁵. Nos dias seguintes ao ataque, o Presidente russo dirigiu-se à sua população, num discurso televisivo onde ofereceu aos Estados Unidos: partilha de informações; abertura de espaço aéreo russo a aviões americanos destinados a auxílio humanitário; ajuda em operações de busca e salvamento no Afeganistão; incremento dos laços de cooperação e assistência militar à Aliança do Norte; e uma tácita anuência às ofertas de apoio logístico feitas pelos Estados da Ásia Central com vista à operação militar americana *Enduring Freedom*. Como é óbvio não havia a necessidade de uma consulta ao seu “companheiro chinês de parceria”, para assumir tal posição pró-americana⁴⁶. Mas o que é facto é que Jiang Zemin não escondeu um certo ressentimento por tal aproximação à esfera americana, aproximação essa que já anteriormente havia ficado patente pelo aumento dos esforços russos de diálogo cooperativo com a OTAN. A “autorização” conferida por Moscovo para que os Estados Unidos encetassem conversações com os países da Ásia Central vizinhos do Afeganistão e pertencentes à Comunidade de Estados Independentes (CEI) com vista à utilização de infra-estruturas passíveis de emprego pelas suas forças militares e a subalternização dos avisos chineses associados a uma presença militar americana na região, estigmatizaram a liderança chinesa que chegou a criticar a “aproximação política de Moscovo a Washington e à OTAN”⁴⁷. Na realidade e ao optar por esta estratégia mais cooperativa face à Casa Branca, o *Kremlin* procurou - e logrou - retirar fortes dividendos políticos face à sua situação de combate ao seccionismo checheno, o qual alegadamente bebia inspiração teológica e aplicação militar a partir da fonte do radicalismo islâmico da *al-Qaeda* e do regime *Taliban*. O apoio internacional à

45 A pedido americano, a Rússia cancelou alguns exercícios militares que decorriam em 11 de Setembro. Um deles envolvia missões de voo e lançamento de mísseis por parte do 37º Grupo de Aviação de Longo Alcance numa área do Oceano Pacífico. Putin, por intermédio do seu Ministro da Defesa, Igor Ivanov, ordenou igualmente a suspensão temporária das medidas correspondentes ao facto de o estado de prontidão operacional das forças nucleares americanas ter sido aumentado em resultado dos atentados (à luz da doutrina nuclear russa de dissuasão, algumas dessas medidas contemplavam o pré-posicionamento de bombardeiros estratégicos e submarinos nucleares em posições de “emprego avançado”). Veja-se ANTONENKO, Oksana, “Putin’s Gamble”; *Survival* nº 4, 2001, pp. 49-60.

46 A qual, mesmo assim, não deixou de gerar algum descontentamento no seio do Ministério da Defesa russo.

47 Agência *France Press*, 19 de Setembro de 2001.

posição de Moscovo face à Chechénia colocou Putin numa clara posição de vantagem perante Jiang Zemin, tornando-se notório a existência de uma *décalage* quanto ao nível e à qualidade do reconhecimento mundial prestado à Rússia e à sua luta contra o “terrorismo checheno” *vis à vis* os argumentos chineses de combate ao separatismo “islâmico, tibetano e de Taiwan”⁴⁸.

No que concerne ao Japão, o seu paulatino crescendo de poder militar não tem passado nada despercebido a Pequim⁴⁹. Os atentados de 11 de Setembro providenciaram - na perspectiva chinesa - um novo ímpeto às “intenções militaristas” japonesas, perfeitamente “demonstradas” pela rápida afirmação do Primeiro Ministro, Junichiro Koizumi, de que era imprescindível um apoio claro aos Estados Unidos, ainda que dentro das limitações impostas pela Constituição japonesa. A renovação do acordo de segurança bilateral em 1996, o qual contempla uma extensão da área geográfica passível de intervenção militar conjunta (que poderá eventualmente incluir Taiwan, ainda que compreensivelmente tal não seja reconhecido por Tóquio e Washington) já anteriormente havia acentuado as históricas e recorrentes suspeitas e acusações chinesas de um renascimento do aventureirismo militar japonês.

Em termos práticos, Tóquio aprovou o envio de navios patrulhas para o oceano Índico e locação de um avião de transporte C130. Paralelamente, quando o porta-aviões americano Kitty Hawk, deixou o porto de Yokosuka onde estava ancorado, foi escoltado simbolicamente por quatro navios das Forças de Auto-Defesa japonesas, a qual mereceu uma ampla e aprovadora onda de apoio por parte dos média nipónicos. Aquando da visita de Koizumi a Pequim, em Outubro de 2001, Jiang Zemin não tardou em alertar o governo japonês para a “vigilância” chinesa, que no entanto, por agora e dadas as circunstâncias, compreendia a acção de Tóquio mas aconselhava uma moderação e uma maior sensibilidade face às preocupações do seus vizinhos asiáticos⁵⁰.

Paralelamente os trágicos acontecimentos propiciaram uma rotura parcial com habitual *modus operandi* de Tóquio, o qual passou de uma exclusiva “diplomacia de livro de cheques” para uma diplomacia mais interventiva e aglutinadora de vontades, especialmente no que aos países árabes diz respeito. Para o Primeiro Ministro japonês havia que romper com o marasmo geopolítico de Tóquio, “explorando a iniciativa” e a conjuntura internacional para dinamizar o seu estatuto de parceiro prioritário dos Estados Unidos na

48 *Wall Street Journal*; September 20, 2001.

49 XINBO, Wu, “The Security Dimension of Sino-Japanese Relations: Warily Watching One Another”, *Asian Survey* nº 2, 2000, pp. 296-310.

50 Muzi.com; 12 de Novembro de 2001.

Ásia (o que fez aquando da sua visita a Washington), em prejuízo de uma maior inclinação face a Pequim demonstrada nos últimos anos por parte da administração de Bill Clinton. Em suma, para o Japão os ataques de 11 de Setembro permitiram sedimentar os laços de cooperação militar com os Estados Unidos agora apoiados numa opinião pública claramente mais favorável à mobilização de forças militares japonesas em apoio das tropas americanas. Pequim perdia em mais uma frente.

Uma outra frente onde Jiang Zemin perdeu igualmente uma certa capacidade negocial face a Washington orbitou as questões associadas à proliferação nuclear. Sendo considerada internacionalmente como o padrinho do programa nuclear paquistanês e com uma maior deriva de Islamabad para a esfera de influência americana, Pequim poder-se-á ver envolvida numa apertada teia de censura internacional, graças à sua política permeável de difusão de tecnologia nuclear para países passíveis de virem a ser acusados de providenciarem abrigo ou apoio a grupos terroristas (Irão, Iraque e Coreia do Norte). Ilustrativo da renitência e da desconfiança americana face à China, permanece o facto de a Casa Branca se ter recusado a suspender as sanções impostas a Pequim - desprezando as solicitações desta - na sequência do apoio ministrado pelo *zhongnanhai* no desenvolvimento do programa de mísseis balísticos paquistanês. Para muitos analistas chineses havia a necessidade de redireccionar o discurso oficial de Pequim face aos Estados Unidos, enfatizando uma maior incidência sobre o combate ao terrorismo em prejuízo da implementação do programa nacional de defesa anti-míssil (NMD). A adopção de tal discurso teria como principal vantagem a dissipação das atenções internacionais de uma área onde as responsabilidades chinesas são enormes para outra onde o regime de Pequim se sente mais à vontade e menos constrangido e comprometido politicamente. Esta tática de emprego de uma “cortina de fumo” permitiria obstar a mais uma perda de posição e poder negocial de Pequim numa então ainda possível reformulação do Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (ABM) onde Moscovo possui uma maior latitude nas negociações perante a administração americana. Com o anúncio de George W. Bush de que os Estados Unidos abandonavam a sua adesão ao Tratado ABM, as opções actuais da China restringem-se a poder aumentar a sua capacidade de dissuasão nuclear estratégica por intermédio do incremento do seu arsenal de mísseis balísticos intercontinentais.

Por tudo o que em cima ficou exposto torna-se notória a existência de um sentimento de alguma frustração associado a uma certa marginalização do papel de Pequim na coligação internacional de combate ao terrorismo. Esta temporária e aparente subalternização chinesa empurrou o seu governo uma vez mais para o campo das Nações Unidas como centro privilegiado da sua acção diplomática e onde o seu “importante contributo” para a

coligação internacional deveria ser reconhecido. Na realidade, se há culpas a atribuir à diluição da influência global chinesa – relegada temporariamente para a condição de uma potência de segunda ordem – elas deverão cingir-se única e exclusivamente ao seu comportamento renitente e de apoio limitado inicial aos apelos de solidariedade por parte dos Estados Unidos. A Conferência Económica da Ásia-Pacífico (APEC) realizada em Outubro de 2001 em Xangai, demonstrou perfeitamente a actual incapacidade chinesa em dominar, ou pelo menos controlar, a agenda de um fórum onde primordialmente o seu interesse e imagem nacionais estavam em jogo. Com efeito a presença do Presidente americano na reunião – facto não contemplado pela Casa Branca antes de 11 de Setembro – alterou radicalmente a discussão e a ordem de trabalhos, onde natural e compreensivelmente a tónica da oratória orbitou mais as estratégias de combate ao terrorismo do que as preocupações económicas da região e mais concretamente do anfitrião (por muito prementes que estas fossem) não tendo Pequim logrado extrair concessões americanas durante a reunião entre os dois chefes de Estado.

A extrema fluidez do cenário internacional durante os meses de Setembro e Outubro de 2001 levaram a China a adoptar uma posição de “esperar para ver”, em virtude de ter sido completamente ultrapassada pelos desenvolvimentos, não conseguindo acompanhar a dinâmica entretanto imposta pelos Estados Unidos. Ainda que em períodos anteriores esta atitude mais contemplativa por parte de Pequim fosse intencionalmente cultivada e operacionalizada, a realidade vigente empurrou Pequim para um beco sem saída reduzindo a duas as suas opções estratégicas: ou alinha com os Estados Unidos, ou confronta o poder americano. A sua extrema dependência de um clima de estabilidade externa e interna, faz com que tal se reflecta no pragmatismo da sua política externa, o que a obriga obviamente a optar pela primeira opção. Como referiu Willy Wo-lap Lam citando um analista de defesa chinês: “Hoje devemos alinhar com os Estados Unidos. Mesmo sabendo que eles são o nosso inimigo a longo prazo, torna-se impossível dizer não”⁵¹.

Uma outra consequência derivou do omnipresente maniqueísmo do discurso norte americano que pulverizou – em virtude da desproporção dos ataques terroristas de 11 de Setembro – a habitual retórica chinesa de relativização dos valores universais em prol de valores culturais específicos. O estatuto regional da China saiu igualmente beliscado uma vez que Pequim não ostentou um poder negocial capaz de obter contrapartidas por parte da administração americana, contrariamente aos casos da Rússia, da Índia, do Paquistão e das Repúblicas da Ásia Central e da neutralidade e do apoio moral egípcio e saudita

51 Willy Wo-Lap Lam; CNN.com; 9 de Outubro de 2001.

demonstrados à causa americana. No plano interno, esta temporária ostracização da China gerou alguns dissabores a Jiang Zemin, o qual foi alvo de críticas dos sectores mais conservadores e nacionalistas do seu aparelho político que viram no actual dilema chinês a possibilidade de influenciarem tacticamente e a curto prazo o rumo das reformas políticas de Jiang⁵².

4. A recuperação e o reajustamento diplomático de Pequim

Independentemente da maior ou menor intensidade da sempre tectónica diatribe política interna chinesa, o governo começou a partir de finais de Novembro a dar claros sinais de uma tentativa de recuperação do tempo e da influência perdidos. O discurso oficial de Pequim voltou a incidir sobre a obrigatoriedade de futuras decisões no combate ao terrorismo internacional passarem necessariamente pelas Nações Unidas – de acordo com a sua visão de um mundo mais multipolar e menos unilateral. A sua retórica passou a privilegiar uma aproximação mais abrangente e multidimensional no combate ao terrorismo, o qual não pode ser solucionado única e exclusivamente com o recurso aos meios militares. Paralelamente o recrudescimento das tensões militares entre a Índia e o Paquistão – não obstante a perigosidade para Pequim do deflagrar de um (improvável) conflito entre os dois Estados – poderá permitir à China a recuperação de um prestígio e de um nivelamento diplomático temporariamente desgastado junto de Islamabad⁵³. Por outro lado, o aumento de tais tensões têm o desagradável condão de reforçarem ainda mais a atenção e o empenhamento geopolítico dos Estados Unidos na região, algo que a liderança chinesa procura evitar⁵⁴. De facto, as operações de “demonstração de força” por

52 A sua teoria das “Três Representações” já atraiu suficientes críticas que a catalogam como não suficientemente comunista e marxista. Note-se que as “três representações” simbolizam a necessidade do Partido Comunista chinês (caso pretenda acompanhar os desenvolvimentos sociais do século XXI) em representar os interesses das “forças produtivas”, da cultura avançada e dos interesses da maioria da população. Leia-se LAWRENCE, Susan, “The Life of the Party”; *Far Eastern Economic Review*, October 18, 2001, pp. 36-40.

53 A visita do Presidente paquistanês a Pequim no dia 3 de Janeiro de 2002 e o facto de este ter sido “obrigado” a permanecer na capital chinesa mais um dia do que o previsto (alegadamente devido às más condições climáticas que impediam a viagem do seu avião até à capital do Nepal) numa altura em que as tensões com a Índia estão ao rubro, poderá comprovar esta recuperação do status chinês na região. Como consequência imediata do atraso do Presidente paquistanês a cimeira de chefes de Estado do Conselho de Cooperação do Sudeste Asiático foi adiada vinte e quatro horas.

54 Curiosamente alguns analistas chineses têm procurado divergir a atenção americana para o Médio Oriente, mais concretamente para o Iraque, esquecendo-se das relações militares entre Pequim e Bagdade. Willy Wo-Lap Lam; CNN.com; 2 de Outubro de 2001.

parte da Índia junto à fronteira com o Paquistão na região de Caxemira, tem levantado algumas preocupações em Washington, justificadas pela possibilidade de Islamabad se ver na contingência de deslocar tropas estacionadas na fronteira com o Afeganistão - em missão de vigilância e captura de possíveis elementos da *al-Qaeda* em fuga - para a fronteira com a Índia (o que não fez até à presente data). Uma vez entrados no Paquistão, tais elementos poderiam presumivelmente procurar refúgio e protecção precisamente em Caxemira, funcionando como elementos adicionais de desestabilização de uma situação já de si bastante delicada. Pequim tem acompanhado com extrema atenção os desenvolvimentos em redor de Caxemira, uma vez que esta região é uma das peças de um complexo domínio geopolítico regional, onde a cedência a qualquer tipo de reivindicação territorial, poderá desencadear uma vaga de novas reivindicações territoriais e de inerentes conflitos, com exércitos regulares a perseguirem exércitos irregulares através de fronteiras sem significado⁵⁵. O seu diálogo de amizade com a Índia é um instrumento que Pequim utiliza (tanto como Nova Delhi) para professar a sua política de não agressão e de coexistência pacífica, sem que tal implique um condicionamento dos seus laços militares com outros países da Ásia meridional como deixou claro o Primeiro Ministro chinês, Zhu Rongji, durante a sua recente visita à capital indiana, como parte de uma ofensiva diplomática regional chinesa. Na perspectiva do *zhongnanhai* parece ser possível alcançar um *modus vivendi* regional onde os Estados Unidos não intervenham em prol quer da Índia, quer do Paquistão, quer da China e contra os restantes, à luz de um raciocínio de mútua exclusividade que privilegia um conceito de *balance of power* entre Nova Delhi e Islamabad sobre a qual a política regional chinesa sempre se apoiou.

Por outro lado, o eventual prolongamento indefinido da presença militar americana no Afeganistão poderá no entanto e paradoxalmente, propiciar uma maior margem de manobra chinesa na política regional⁵⁶. Ou seja, caso os objectivos que conduziram ao ataque americano ao Afeganistão (captura de Osama bin Laden, destruição da rede local da *al-Qaeda* e deposição do regime *Taliban*) sejam alcançados⁵⁷, mas as forças militares dos Estados Unidos permaneçam indefinidamente no território afegão, a justificação para tal

55 Basta olhar para um mapa da região para verificar a existência de um arco de instabilidade que parte do Norte da Índia, passa pelo Norte do Afeganistão, atravessa os Himalaias e termina em Xinjiang. As reivindicações territoriais incluem o Baluchistão, Caxemira, Sind, a província da fronteira noroeste do Afeganistão, o Tibete e Xinjiang.

56 Afirmção do professor Kjeld E. Broedsgaard na palestra efectuada no seminário "China: Uma Nova Política Externa" organizada pelo Instituto do Oriente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em 23 de Novembro de 2001 em Lisboa.

57 À altura em que este estudo foi escrito, apenas a captura de bin Laden não havia sido alcançada.

situação poderá sofrer uma progressiva erosão, gerando fissuras na coligação internacional que Pequim poderá explorar em prol da sua abordagem operativa de um multilateralismo internacional, patrocinado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e onde a China ao contrário da Índia e do Japão auffer - por falta de assento destes últimos - de uma vantagem político-diplomática.

Para Pequim, o principal desafio prende-se com a sua capacidade em poder demonstrar efectivamente que é uma das “nações indispensáveis” na conjuntura global de combate ao terrorismo⁵⁸. Os seus sistemáticos apelos à estabilidade e os avisos de uma eventual “desestabilização regional” (direccionada a Taiwan) funcionam como uma faca de dois gumes que a China não hesita em manejar nas suas relações com os Estados Unidos como meio de demonstrar a sua importância como “parceiro” que não se deve hostilizar. A política de aproximação à Casa Branca tem passado igualmente pelo vector económico - onde as perspectivas são mais risonhas - não se escusando Pequim a efectuar abertos paralelismos geopolíticos aquando da assinatura de robustos contratos com empresas norte americanas⁵⁹. O seu discurso de um mundo multipolar, não esconde a aspiração em

58 Durante os meses de Dezembro de 2001 e de Janeiro de 2002, a diplomacia chinesa esteve bastante activa como o comprovam os encontros com o Presidente paquistanês, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa russos, a reunião em Pequim do Grupo de Xangai, a assinatura de um acordo de cooperação de segurança com o Cazaquistão e a visita do chefe do governo provisório afegão, Hamid Karzai, à capital chinesa em 23 de Janeiro de 2002. O *zhongnanhai* parece agora querer recuperar o espaço, tempo e iniciativa regionais entretanto diminuídos pelas consequências dos atentados.

59 Por exemplo, quando no início de Outubro de 2001 a China decidiu adquirir aviões comerciais Boeing no valor de 1.6 biliões de dólares, o vice-Presidente da Comissão de Planeamento Estatal declarou que “a China não esquece os seus amigos quando estes estão em dificuldades. Willy Wo-Lap Lam; [CNN.com](#); 9 de Outubro de 2001. Os Estados Unidos têm sido igualmente generosos, tendo em 3 de Janeiro de 2002, o Presidente George W. Bush, levantado as restrições existentes à exportação de super-computadores (essenciais à materialização de programas de investigação nuclear) para a Rússia e para a China. Esta poderá ter sido uma contrapartida atribuída a Moscovo e a Pequim pelo abandono americano do Tratado ABM. Numa tónica diferente, mas não particularmente alarmante (uma vez que ainda não houve qualquer protesto oficial de Pequim) foi noticiado em 19 de Janeiro de 2002 que haviam sido descobertos em Outubro de 2001 cerca de 27 microfones com ligação satélite no Boeing 767 que a China United Airlines (pertença da Força Aérea do Exército Popular de Libertação) havia adquirido à americana Delta Airlines. Posteriormente foi contratada a empresa americana Dee Howard Aircraft Maintenance de San Antonio (Texas) para o adaptar a um avião presidencial chinês, tendo a aeronave ficado sujeita a uma “vigilância apertada” por parte da segurança da empresa e de militares chineses destacados para o local. As investigações internas do governo chinês recaíram sobre a China United Airlines e a China Aviation Supplies Export and Import Corporation. Acontecimentos como estes não costumam toldar as relações bilaterais, sendo encarados como mais uma malograda operação de espionagem, excepto quando exacerbados com intuítos de propaganda interna. O mesmo não se poderá dizer quanto às iradas reacções internas das chefias militares chinesas. Leia-se *The Washinton Post*; January 19, 2002. [Muzi.com](#); 19 de Janeiro de 2002.

formular uma transformação do sistema internacional onde a única superpotência deverá passar por um processo de “transição regressiva” com vista a assumir um papel de “apenas” grande potência, numa relação de maior igualdade com a China e as restantes grandes potências.

Em resumo e para concluir, subjacente aos novos desafios decorrentes dos atentados de 11 de Setembro, está uma dificuldade chinesa em se adaptar rápida e operacionalmente a um sistema mundial de características Priogininas pautado por “estruturas dissipativas” e onde as partes constituintes do sistema estão em constante flutuação, sendo algumas delas particularmente vulneráveis a ameaças externas (alterações bruscas do preço do petróleo, fanatismo religioso, especulação financeira, etc.). O cultivo de sentimentos “patrióticos” e de uma mentalidade de cerco, permite à liderança política chinesa assumir-se como o único elemento agregador das aspirações de crescimento de uma nação e de obstar às “interferências externas” a tal objectivo. Segundo o discurso oficial, só a liderança do PCC é passível de levar a bom porto tal designio. No entanto, os riscos associados a uma “estratégia de concha fechada” são elevados, especialmente agora que a China aderiu finalmente à Organização Mundial de Comércio e parece conectar-se mais intimamente com os “carris do mundo” (*yu shijie jiegui*). Como alertaram premonitoriamente Qiao Liang e Wang Xiangsui, os desafios actuais são multidimensionais e cada vez menos convencionais, fazendo apelo à capacidade de liderança e de decisão política em escalas de intensidade, velocidade e qualidade nunca antes requeridas⁶⁰. Perante esta realidade, a tradicional paciência oriental e o “discurso patriótico da salvaguarda e defesa do interesse nacional” por parte da liderança política em Pequim, poderá não chegar para a prossecução efectiva dos seus objectivos geopolíticos regionais. Ainda que não objectiva e metodologicamente cultivado por Pequim, as intenções estratégicas da China, poderão tornar-se mais nacionalistas, mais militantes e acutilantes, fruto da distorção quer externa quer interna da sua imagem como grande potência. Em termos de cenários de segurança regional, o presente ano deverá merecer uma atenção especial (a começar pela reunião entre George Bush e Jiang Zemin prevista para Fevereiro, a qual será particularmente interessante de analisar, mais porque que não constará da declaração final oficial conjunta (“o silêncio pode por vezes ser ensurdecedor”). A reacção diplomática progressiva e em crescendo do *zhongnanhai* observada desde Dezembro de 2001, poderá permitir, eventualmente, extrapolar possíveis e novas e multilaterais direcções cooperativas quanto à sua

60 Leia-se LIANG, Qiao e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, Beijing, PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

política regional, ainda que fruto de uma multiplicidade de factores, alguns dos quais actual e claramente ainda por discernir, mas que não ousarão colocar em causa um *modus operandi* geopolítico assente na sublimação de uma indispensável estabilidade regional, fulcral para a prossecução de um sustentado crescimento económico chinês. 2002 será particularmente interessante de observar em termos de política interna. Em Outubro realiza-se o 16º Congresso do PCC que ditará a sucessão de Jiang Zemin por Hu Jintao, ou uma também designada “evolução na continuidade” (uma vez que Jiang continuará a presidir à Comissão Militar Central). Pequim continuará atenta às intenções de Washington, sentindo-se cada vez mais envolvida geopoliticamente pela sombra do poder americano.

Bibliografia

ANDERSEN, Jennifer, *The Limits of Sino-Russian Strategic Partnership*, Adelphi Paper n° 315, London, Oxford University Press, 1998.

CARRIÇO, Manuel Alexandre G., *A Evolução do Conceito de Segurança e Defesa e do Pensamento Estratégico Chinês*, Monografia não editada, 2001.

DENG, Yong e Fei Ling-Wang (Eds), *In the Eyes of the Dragon: China Views the World*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1999.

DOWNS, Erica Strecker, *China's Quest For Energy Security*, Santa Monica, RAND, 2000.

GARNETT, Sherman, *Rapprochement or Rivalry? Russia-China Relations in a Changing Era*, Washington, CEIP, 2000.

GARVER, John, *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*, Washington, University of Washington Press, 2001.

LAMPTON, David, *Same Bed Different Dreams: Managing US-China Relations, 1989-2000*, Berkeley, University of California Press, 2001.

LIANG, Qiao e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*, Beijing, PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

RASHID, Ahmed, *Taliban: Militant Islam, Oil, and Fundamentalism in Central Asia*, New Haven, Yale University Press, 2000.

ROY, Olivier, *Afghanistan: From Holy War to Civil War*, Princeton, Darwin Press, 1995.

RUBIN, Barnett, *The Search for Peace in Afghanistan: From Buffer State to Failed State*, New Haven, Yale University Press, 1995.

STRANGE, Susan, *States and Markets: An Introduction to International Political Economy*, London, Pinter, 1988.

URBAN, Mark, *War in Afghanistan*, London, Macmillan, 1988.

Artigos em Revistas:

AHMED, Samina, David Corthright e Amitabh Mattoo, "Public Opinion and Nuclear Options for South Asia", *Asian Survey* nº 8, 1998.

AHMED, Samina, "Pakistan's Nuclear Weapons Program: Turning Points and Nuclear Choices", *International Security* nº 3, 1999.

AHMED, Samina, "The United States and Terrorism in Southwest Asia: September 11 and Beyond", *International Security* nº 3, 2001.

ANTONENKO, Oksana, "Putin's Gamble", *Survival* nº 4, 2001.

BECQUELIN, Nicolas, "Xinjiang in the Nineties", *The China Journal* nº 44, 2000.

BLANK, Stephen J., "The Strategic Context of Russo-Chinese Relations", *Issues & Studies* nº 4, 2000.

CARRIÇO, Manuel Alexandre G., "O Incidente com o EP-3: Ou Quando a Águia e o Dragão Colidem", *Revista Militar* nº 6/7, 2001.

CHELLANEY, Braham, "Fighting Terrorism in Southern Asia: The Lessons of History", *International Security* nº 3, 2001.

GANGULY, Sumit, "India's Pathway to Pokhran II: The Prospects and Sources of New Delhi's Nuclear Weapons Program", *International Security* nº 4, 1999.

GARVER, John, "The Restoration of Sino-Indian Comity Following India's Nuclear Tests", *The China Quarterly* nº 168, 2001.

GRIES, Peter Hays, "Tears of Rage: Chinese Nationalist Reactions to the Belgrade Embassy Bombing", *The China Journal* nº 46, 2001.

GHUFRAN, Nasreen, "The Taliban and the Civil War Entanglement in Afghanistan", *Asian Survey* nº 3, 2001.

- HILALI, Z., "India's Strategic Thinking and Its National Security Policy", *Asian Survey* nº 5, 2001.
- HU, Xiaobu, "China, Pakistan, and the 'Taliban Syndrome'", *Asian Survey* nº 4, 2000.
- HUNTLEY, Wade L., "Alternate Futures After the South Asian Nuclear Tests: Pokhran as Prologue", *Asian Survey* nº 3, 1999.
- IKENBERRY, John, "American Grand Strategy in the Age of Terror", *Survival* nº 4, 2001.
- JALALI, Ali, "Afghanistan: The Anatomy of an Ongoing Conflict", *Parameters* nº 1, 2001.
- JAN, Ameen, "Pakistan on a Precipice", *Asian Survey* nº 5, 1999.
- LUKIN, Alexander, "The Image of China in Russian Border Regions", *Asian Survey* nº 9, 1998.
- RUBIN, Barnett, "Afghanistan Under the Taliban", *Current History* nº 625, 1999.
- MENON, Rajan, "The Strategic Convergence Between Russia and China", *Survival* nº 2, 1997.
- MISTRY, Dinshaw, "Diplomacy, Sanctions, and the US Nonproliferation Dialogue with India and Pakistan", *Asian Survey* nº 5, 1999.
- NORBHU, Dawa, "Tibet in Sino-Indian Relations: The Centrality of Marginality", *Asian Survey* nº 11, 1997.
- SINGER, Clifford E., Jyotika Saksena e Milind Thakar, "Feasible Deals with India and Pakistan After the Nuclear Tests: The Glenn Sanctions and US Negotiations", *Asian Survey* nº 12, 1998.
- SWAMY, Arun, "India in 2000", *Asian Survey* nº 1, 2001.
- TANG, Shiping, "Economic Integration in Central Asia: The Russian and Chinese Relationship", *Asian Survey* nº 2, 2000.
- TOMSEN, Peter, "A Chance for Peace in Afghanistan: The Taliban's Days Are Numbered", *Foreign Affairs* nº 79, 2000.
- XINBO, Wu, "The Security Dimension of Sino-Japanese Relations: Warily Watching One Another", *Asian Survey* nº 2, 2000.
- XU, Guangqiu, "The United States and the Tibet Issue", *Asian Survey* nº 11, 1997.
- WISHNICK, Elizabeth, "Russia and China: Brothers Again?", *Asian Survey* nº 5, 2001.
- YONGSHENG, Tang, "Comprehensive Security and Grand Strategy", *World Affairs* nº 20, 1996.

Agências Noticiosas, Jornais e Revistas:

Agência France Presse

Agência INRA

China Daily News

El País

Far Eastern Economic Review

International Herald Tribune

Jane's Defense Weekly

Newsweek

Teletexto RTP

United Daily News

Wall Street Journal

Washington Times

Xinhua

Documentação:

"Quarterly Chronicle and Documentation", *The China Quarterly* nº 168, 2001.

Endereços de Internet:

CNN.com

Muzi.com

Peoplesdaily.com

Sina.com

http://Carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/01spring_jalali.htm